



**Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.**

**Sub-eixo: Relações de trabalho - organização, gestão e exploração da força de trabalho.**

## **DEGRADAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO CAPITAL SOBRE A FORÇA DE TRABALHO EM MARX**

**TATIANA LYRA LIMA FÉLIX<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este artigo analisa os processos de degradação e exploração do capital sobre a força de trabalho por meio de uma reflexão da trajetória histórica das sociedades de classe, buscando, na particularidade do capitalismo, entender a lei geral de acumulação que evidencia uma contradição inegável: o desenvolvimento das forças produtivas autossuficiente e a crescente ampliação da riqueza produzida com base na exploração, degradação e desumanizações remetidas à força de trabalho. Enfatiza as transformações no mundo do trabalho e as consequências para com a classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Acumulação; Capitalismo; Reestruturação produtiva; Força de Trabalho.

**Abstract:** This article analyzes the processes of degradation and exploitation of capital over the labor force by means of a reflection on the historical trajectory of class societies, seeking, in the particularity of capitalism, to understand the general law of accumulation that evidences an undeniable contradiction: development of the self-sufficient productive forces and the increasing expansion of the wealth produced on the basis of the exploitation, degradation and dehumanizations sent to the labor force. Emphasizes the transformations in the world of work and the consequences for the working class.

**Keywords:** Accumulation; Capitalism; Productive restructuring; Workforce.

### **I. INTRODUÇÃO**

A contradição existente entre capital e trabalho, a fragmentação intencional da chamada questão social, fomentada pelo pauperismo do trabalhador, a exploração e expropriação dos bens produzidos pelos homens para o enriquecimento de outros poucos, são questões importantes da realidade descritas por muitos pensadores. Na busca de entender esses processos em Marx, esse artigo reflete a essência da lei geral da acumulação capitalista, que movimenta todo o processo produtivo burguês por meio da crescente exploração e degradação sobre a força de trabalho.

Para manutenção da ordem, a classe dominante utiliza-se de todos os métodos e técnicas disponíveis e investe pesado em novas e avançadas formas de controle e alienação sobre a classe trabalhadora. Assim, ao longo do desenvolvimento produtivo, ela intensifica suas antigas e eficientes formas de repressão, trazendo inúmeros agravamentos nas formas de trabalho e na vida

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Faculdade de Serviço Social - Universidade Federal de Alagoas. E-mail: <atianalyra@yahoo.com.br>.

dos trabalhadores. Com isso, firma-se na essência capitalista, em toda a sua trajetória histórica, inúmeros processos de crises e reestruturação na produção que afetam diretamente as massas trabalhadoras.

Com base na pesquisa bibliográfica, será palco de reflexão desse estudo a natureza capitalista desvelada por uma lei de acumulação que evidencia a forma como a produção se desenvolve, criando riqueza na mão de poucos e pobreza, como consequência, sobre uma maioria, a classe trabalhadora. Com o intuito de desmistificar os processos de exploração e degradação da força de trabalho pelos donos do capital, torna-se essencial nesse estudo entender o significado da essência humana em sociedade, bem como, o estabelecimento do berço das desumanizações em sociedades de classes e seus aspectos contemporâneos.

## **II. O MUNDO DO TRABALHO NO ÂMBITO DA NATUREZA CAPITALISTA**

O estudo ora apresentado busca analisar as raízes materiais dos processos de exploração do capital sobre a força de trabalho. Trata-se de uma reflexão respaldada na crítica dialética de Marx, ao desvendar a essência da sociedade capitalista e seus processos de contradição na relação capital e trabalho. Entretanto, para desmistificar a exploração da força de trabalho no âmbito do capitalismo, torna-se importante asseverarmos para os processos históricos que desvelam o berço das desigualdades sociais presentes nas sociedades de classe. Para isso, faz necessário um breve relato histórico do ser social, a formação da reprodução social e os processos desumanos impostos numa determinada peculiaridade histórica do desenvolvimento das forças produtivas.

Segundo Lukács (1981), para se efetivar o desenvolvimento da reprodução do ser social, foram necessárias diversas mudanças ao longo dos anos. Enquanto na vida orgânica a reprodução já se manifestava nos processos vitais da existência biológica, transformações externas e internas foram essenciais para a emersão do ser puramente social. Mudanças contínuas trouxeram consequências enriquecedoras para a concretização de saltos e transformações qualitativas no ser social, sendo, o trabalho a mais importante, por ser “a base ontológica do ser social na sua justa posição no contexto da totalidade social”. (LUKÁCS (1981) p. 1).<sup>2</sup> Portanto, seu significado é fundante para o ser social.

Na história da humanidade, a existência do ser social tornou-se possível com a constante transformação da natureza pelo trabalho. De forma desigual e progressiva, o trabalho teleologicamente posto possibilitou uma transformação qualitativa na dinâmica das sociedades singulares. Conforme LUKÁCS (1981),

---

1 Para uma análise aprofundada da gênese do ser social: LUKÁCS, Georg. *Ontologia Dell' Essere Sociale*. II. Roma, Riuniti, 1981. Tradução Sérgio Lessa. Capítulo: A Reprodução (pp. 133 – 331), Roma, 1981.

A fabricação de instrumentos, a exploração das forças naturais (uso do fogo, domesticação de animais, etc.), dá lugar, em certos estágios do desenvolvimento, àqueles pontos nodais que transformam qualitativamente a estrutura e a dinâmica das sociedades singulares. Esta capacidade do trabalho de ir com seus resultados além da reprodução do seu executor cria a base objetiva da escravidão, antes da qual existia apenas a alternativa de matar ou adotar o inimigo feito prisioneiro. Daqui o caminho leva, através de várias etapas, ao capitalismo, onde este valor de uso da força de trabalho se torna a base de todo o sistema. (p. 2).

Nas sociedades primitivas, ainda não existia a exploração do homem pelo homem. Momentos de sociabilidade cada vez mais numerosos são formados, na medida em que as forças produtivas evoluem. O trabalho se amplifica e complexifica a vida econômico-social, reproduzindo-a continuamente. Nesse momento, a exploração do homem pelo homem se efetiva na sociedade, sendo as relações alienantes inevitáveis<sup>3</sup>.

No âmbito do estágio desenvolvido das forças produtivas, o trabalho se posiciona de forma contraditória. O que antes denominávamos de trabalho concreto, ou seja, ontológico do ser social<sup>4</sup>, somente com as bases capitalistas estabelecidas no âmbito da produção, esta categoria se transforma em trabalho abstrato, alienado<sup>5</sup>. Com isso, nessa forma de sociabilidade evoluída, não há mais uma relação natural entre o homem e a natureza, mas uma transformação da força de trabalho humana em mercadoria, uma intensificação da exploração do homem pelo homem.

A atual sociedade burguesa surge das ruínas da antiga sociedade feudal, sendo esta, por sua vez, uma sucessão do regime escravista. Os processos de exploração do homem pelo homem, peculiar a essas sociedades de classe, tem suas raízes materiais

com a descoberta da agricultura e da pecuária, onde surgiu o excedente econômico e com isso tornou-se lucrativa a exploração do homem pelo homem. É assim que os homens se dividiram, então, em duas classes antagônicas. No escravismo, para enriquecerem cada vez mais, os senhores tinham que aumentar o número de escravos que possuíam. Com isso, a quantidade aumentou tanto que eles tiveram que criar mecanismos de repressão especiais para se protegerem das revoltas dos escravos: o exército, a burocracia (os funcionários públicos) e o Direito. Esse conjunto é conhecido por Estado. O crescimento do número de escravos fez com que as

---

2 Para Lukács, a alienação é historicamente determinada pelos homens, pelos fatores essencialmente sociais e diz respeito a um processo de desumanidade construído historicamente pelos homens em sociedade. Para maior aprofundamento sobre os aspectos essenciais da alienação, ver: LUKÁCS, Georg. *L'estraniamento, Ontologia Dell' Essere Sociale*. II\*\*, IV, a cura de Alberto Scarponi. Tradução de Sérgio Lessa. Roma, Riuniti, 1976 - 1981.

3 Para Marx, o trabalho concreto "é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza." (Marx, 1988; p.149).

4 Para Marx, trabalho abstrato "é apenas direcionado para a produção de mais-valia, sendo produtivo apenas o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou que serve à autovalorização do capital". Portanto, "ele só é possível nas bases do modo capitalista de produção". (Marx, 1988; p. 153).

despesas para manter o exército e o Estado aumentassem tanto que, a partir de certo ponto, o lucro dos senhores não era mais suficiente para pagá-los. Sem recursos, os soldados e os funcionários públicos aos poucos deixaram de defender os senhores e, com isso, o escravismo entrou em crise que levou ao seu desaparecimento. (Lessa e Tonet, 2008, p. 62).

### Na sociedade feudal,

o senhor feudal era responsável pela defesa militar e ficava com a maior parte do que era produzido. Como os servos ficavam com uma parte da produção, começaram a desenvolver as técnicas e ferramentas. Com isso, a produção aumentou, melhorou a alimentação e a população começou a crescer, o que fez surgir um excedente de população e de produção que serviram de base ao ressurgimento do comércio e, com ele, ao aparecimento da burguesia. (Lessa e Tonet, 2008, p. 71).

Entre a sociedade escravista e a feudal, pode-se afirmar que o processo de exploração do homem pelo homem se intensifica no âmbito do desenvolvimento das forças produtivas. Na sociedade capitalista, tal processo se delinea peculiarmente pela “redução da força de trabalho a mera mercadoria, e, portanto, pelo desprezo absoluto das necessidades humanas” (LESSA e TONET, 2008, p. 71). Nesse processo:

A contradição essencial do capitalismo está na produção social da riqueza e na apropriação privada dessa mesma riqueza, ou seja, a produção capitalista apenas é possível se for realizada socialmente, mas a sua acumulação só é possível se for feita privadamente. Essa contradição faz com que as relações sociais capitalistas sejam essencialmente conflituosas. É a luta de todos contra todos pela riqueza. (Lessa e Tonet, 2008, p. 90).

Contradição essa que se intensifica nos marcos da Revolução Industrial, peculiarmente em fins do século XIX, após um longo período de acumulação primitiva de capital. A exploração dos trabalhadores é conduzida pelas leis de mercado, leis essas que surgiram e se desenvolveram a cada momento histórico das fases do sistema produtivo, enquanto expressões das necessidades de acumulação do capital.

Dessa forma, as determinações do capital movimentam a classe trabalhadora. Para entendermos esse processo, precisamos compreender a composição do capital e as modificações que ela sofre no transcurso do seu processo de acumulação. Assim, MARX (1988), descreve a lei geral da acumulação capitalista e destaca a importância de compreendermos a composição do capital e as modificações que ocorrem no curso de seu processo de acumulação. Para ele, a composição do capital deve ser compreendida em um duplo sentido: na perspectiva do valor, “ela é determinada pela proporção que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global

dos salários” (idem, p. 178); Quanto à perspectiva da matéria, como ocorre seu funcionamento no processo produtivo, o capital é determinado pela proporção entre a massa dos meios de produção utilizados, e pelo montante de trabalho exigido para seu emprego.

Nesse processo, a composição do valor e a composição técnica do capital são formadas por esta proporção entre massa dos meios de produção e o montante do trabalho exigido. Ambos tornam-se o ponto de partida para entender como funciona o processo de produção capitalista. “Chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, deve-se entender sempre sua composição orgânica” (idem, p. 178). A composição do capital é entendida pela sua composição orgânica; ou seja, composição valor e composição técnica são investidas pelo capital na mesma proporção, sendo que uma parte de mais-valia é retirada para suprir a força de trabalho conforme as necessidades do capital.

Na composição do capital, os capitais individuais aplicados em determinadas esferas da produção possuem entre si composição diferenciada. Marx parte do pressuposto de que há vários capitais nas mãos de muitos capitalistas individuais, porém estes capitais possuem diferentes composições entre si, em maior ou em menor grau, a média dessas composições individuais é que compõe o capital global desse ramo de produção. Só a média global de todas as composições dos diversos ramos da produção estabelece uma composição do capital social de um país.

A crescente exploração da força de trabalho permite que o capitalista acumule uma parcela de mais-valia extraída do trabalhador. Uma parcela de mais valia que é transformada em capital adicional precisa ser retransformada em capital variável ou em fundo adicional de trabalho. A contínua geração de mais valia depende vitalmente da manutenção dessa exploração da força de trabalho ativa. A lógica do sistema capitalista incide em perpetuar sua acumulação. Nas palavras de MARX (1988):

Suponhamos que além de mantidas constantes as demais circunstâncias, a composição do capital permaneça inalterada, ou seja, que determinada massa de meios de produção ou de capital constante requeira sempre a mesma massa de força de trabalho para ser posta em movimento, então cresce evidentemente a demanda de trabalho para ser posta em movimento, então cresce evidentemente a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rapidamente cresce o capital. (p. 178-179).

Com o desenvolvimento da acumulação da produção capitalista, mais se amplia a exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, a mais valia extraída. Parte da mais valia extraída pelo capital, ao ser adicionada pelo capital global, eleva-se na mesma proporção. A produção em sua ampla extensão impulsiona o enriquecimento da burguesia, a acumulação se amplia e transforma parte da mais valia em capital e renda. As necessidades de acumulação para o capital estão acima das necessidades das massas, que necessitam vender sua força de trabalho.

É possível compreender, neste contexto, que o processo de reprodução continua da força de trabalho na sociedade capitalista é necessário para a elevação do desenvolvimento produtivo de acumulação. A burguesia busca intensificar, por meio de seu próprio interesse, o processo de exploração e de dominação sobre numerosos trabalhadores subordinados ao mercado de trabalho. O trabalhador vende sua força de trabalho por um salário que mau garante sua sobrevivência, enquanto a grande parte da riqueza por ele produzida passa para as mãos da burguesia.

O atendimento aos interesses burgueses é a base primordial do capital, o trabalhador é explorado e fica com a mínima parte em dinheiro do produto produzido por eles mesmos, esta parte convertida é o que chamamos salários; o resto é acrescentado ao acúmulo de mais valia, que se transforma em capital da oligarquia burguesa. O aumento do salário significa a redução da quantidade de trabalho não pago que o trabalhador tem de prestar ao capital. Desse modo:

Só a medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não pago uma fonte de capita adicional é que a força de trabalho é vendável. A condição de sua venda quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhado, incluem, portanto, a necessidade de sua continua revenda e a continua reprodução ampliada da riqueza como capital. (idem, p. 182-83).

A acumulação de capital em seu processo é inversamente proporcional ao crescimento dos salários, ou seja, se o salário aumenta, não há lucro para o capital, e se o salário diminui aumenta a acumulação. Através da mais valia, esse é o dinheiro que não é pago aos trabalhadores e que ficam com os capitalistas, apenas quando existe uma ameaça ao sistema é que pode existir uma diminuição do trabalho não pago. Então,

(...) a lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa "lei natural da população", redundando simplesmente nisso: a relação entre capital, acumulação e taxa de salário não é nada mais que a relação entre trabalho não-pago, transformado em capital e o trabalho adicional necessário a movimentação do capital adicional. Não é, portanto, de modo algum uma relação de duas grandezas independentes entre si, por um lado, a grandeza do capital, por outro o tamanho da população trabalhadora, mas é em última instância, muito mais a relação entre trabalho não pago e o trabalho pago, da mesma população trabalhadora (idem, p. 184).

A acumulação cresce a partir do trabalho social e provoca um aumento do capital global. Nesse processo, tanto aumenta o crescimento das forças produtivas, quanto diminui na produção o número de trabalhadores. Porém, há mais trabalho incorporado, poucos trabalhadores fazem o trabalho de muitos, esse processo resulta no aumento das forças produtivas que gera a acumulação cada vez mais crescente. A elevação dos salários não se dá mediante acúmulo de riquezas, mas é o desenvolvimento da acumulação do capital o precursor do desenvolvimento das forças produtivas.

O desenvolvimento da força produtiva social do trabalho necessita de cooperação em larga escala, só assim é possível organizar a divisão e a combinação do trabalho, poupar os meios de produção diante da concentração maciça, meios de produção apenas utilizáveis em conjunto, postos a serviço da produção das forças colossais da natureza. Então, só assim “pode ser completada a transformação do processo de produção em aplicação tecnológica da ciência”. De acordo com MARX (1988):

À base de produção de mercadorias, na qual os meios de produção são propriedades de pessoas privadas, em que o trabalhador manual produz mercadorias, portanto, de modo isolado e autônomo ou vende sua força de trabalho como mercadoria lhe faltam os meios para produzirem automaticamente. Aquele pressuposto só se realiza pelo crescimento dos capitais individuais ou à medida que os meios sociais de produção e subsistência são transformados em propriedade privada de capitalistas. (p. 186).

Partindo desta análise, podemos entender que o desenvolvimento das forças produtivas gerou as condições necessárias para a acumulação do capital, a composição orgânica do capital se altera, e passa a se conduzir a favor do capital e contra a condição humana. Através do crescimento acelerado da produção, o constante investimento do capital passou a ser maior em relação ao capital variável, enquanto a força de trabalho passou a ser ainda mais explorada por meio da intensificação do trabalho realizado por uma quantidade menor de trabalhadores, objetivando a acumulação e o lucro. Portanto:

Todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de reprodução com comando correspondente sobre um exército industrial maior ou menor de trabalhadores. Toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ela amplia, com a multiplicação da riqueza que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais. (idem, p. 187).

Os capitalistas individuais crescem, na medida em que a concentração dos meios de produção se eleva. As parcelas de capitais originais passam a funcionar como novos capitalistas autônomos, a acumulação do capital, cresce, portanto, em maior ou menor proporção, ao número de capitalistas. Marx aponta dois pontos característicos da concentração de capitais. O primeiro refere-se a uma “crescente concentração dos meios de produção nas mãos de capitalistas individuais”. O segundo está relacionado ao “capital social, localizado em cada esfera específica da produção, repartido entre muitos capitalistas, onde se apresentam como produtores de mercadorias independentes e que se correspondem entre si”. Assim, a acumulação “viabiliza a concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho” (MARX, 1988, p. 187).

Diante da concorrência, com o aumento da produtividade e do barateamento das mercadorias, capitalistas menores disputam as esferas de produção com capitalistas maiores. Apresenta-se então uma disputa entre os capitais, que, segundo MARX (1988), “termina sempre com a ruína de muitos

capitais menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vencedor, em parte soçobram” (p.188). Nesse contexto, aparece “uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito” (p.188), que se apresenta na mesma proporção em que se desenvolve a produção, a acumulação e a concorrência. Essas são as duas maiores forças para centralização; porém, o progresso da centralização não depende, de nenhum modo, do crescimento positivo da grandeza social. Portanto:

A centralização pode ocorrer por meio de mera mudança da distribuição de capitais já existentes, mediante mudança simples do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social. O capital pode crescer aqui numa mão até formar massas grandiosas, porque acolá ele é retirado de muitas mãos individuais. Em dado ramo de negócios, a centralização teria alcançado seu limite último, se todos os capitais aí investidos fossem fundidos em um só capital individual. (idem, p. 188).

Estas transformações intensificam o processo de diminuição da demanda de trabalho. Neste contexto histórico, surgem as primeiras formas de desemprego, quando os trabalhadores são repelidos da produção, graças à intensificação da produção e da centralização do capital. A centralização e a concentração da riqueza, a acumulação de capital, passa a se realizar com “alteração qualitativa contínua de sua composição, com acréscimo permanente de seu componente constante à custa do variável” ( idem, p.189). O capital constante aumenta e o capital variável diminui.

A força de trabalho cresce incorporada ao crescimento do capital global, porém em proporção contínua e decrescente. O acelerado crescimento do capital resulta no decréscimo do capital variável que se dá em proporções cada vez maiores. Assemelha-se com o crescimento absoluto da população trabalhadora, sempre mais rápido que o capital variável. O processo de centralização alterou a composição do capital, na qual a força de trabalho é cada vez mais supérflua com relação aos meios de produção, essa mudança foi e continua sendo necessária ao capital. Assim ele pode explorar mais ainda, com a frequente intensificação da extração do sobre trabalho e, também, da mais valia. Surge o exército industrial de reserva, justamente desta alteração das relações de produção, as grandes massas são colocadas à disposição do capital, gerando o desemprego.

A expansão súbita e internamente da escala de produção é o pressuposto de sua contração súbita, a contração provoca novamente a expansão, mas esta é impossível sem material humano disponível, sem multiplicação dos trabalhadores independentes do crescimento absoluto da população. Ela é criada pelo simples processo de liberar constantemente parte dos trabalhadores, por métodos que diminuem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. (idem, p. 188).

O exército industrial de reserva é favorável ao capital, enquanto causa nos trabalhadores que estão inseridos na produção uma insegurança, pois a



qualquer momento pode ser substituídos, para isso depende da necessidade do capital. É neste contexto, que identificamos a presença do desemprego, as grandes massas de trabalhadores são expelidas para que o capital possa se expandir. Esse fenômeno do desemprego começa com o início do processo de industrialização, se intensificando com a expansão das forças produtivas. Grandes partes dos trabalhadores perdem seus empregos e os empregos tornam-se instáveis.

Nesse processo, é importante salientar as mudanças das fases do ciclo industrial, partindo do pressuposto de que a superpopulação engloba todo o trabalhador inserido, parcialmente ou não, na esfera da produção. Existem três contínuas formas de superpopulação no ciclo industrial, são elas: A superpopulação líquida, que se refere aos trabalhadores que ora é atraído ora é expelido pelo mercado, de modo que o número de ocupados cresce de maneira decrescente, comparado ao processo de acumulação. A superpopulação latente, que ocorre por meio de envolvimento da produção capitalista com a agricultura, que provoca uma diminuição da demanda da população trabalhadora do campo que está sendo impelida a se mudar para as cidades, e a forma estagnada da população relativa, que constitui uma parte significativa do exército de trabalhadores ativos. Porém, com ocupação irregular, esses são os que Marx aponta como “elemento auto reprodutor e auto perpetuador da classe operária, que tem participação proporcionalmente maior em seu crescimento global do que os demais elementos” (MARX, 1988, p. 199). Estes trabalhadores são os mais explorados, porque, mesmo inseridos na produção, são direcionados a realizar mais trabalho de maneira irregular, com o tempo de produção elevado e com menor salário.

A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada,

constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital (idem, p. 199).

Diante dos pressupostos até aqui elucidado, torna-se essencial denotar que, para Marx, a Lei geral da acumulação capitalista “soaria absurda entre selvagens ou mesmo entre colonos civilizados. Ela lembra a reprodução maciça de animais individualmente fracos e muito perseguidos” (idem, p. 199). Ela impulsiona o desenvolvimento do capital, gerando uma classe dominante e aumentando a superpopulação relativa e a pobreza. Sendo assim, entende-se que a raiz material dos processos de exploração do capital sobre a força de trabalho encontra-se na lógica contraditória do capital, onde o processo de desenvolvimento da acumulação direciona o rumo da classe proletária, seja para inseri-los ou expeli-los do ciclo produtivo. A intensificação dos processos de exploração do capitalista sobre a força de trabalho humana está entrelaçada com a dinâmica contraditória do capital, as mudanças no seu interior são resultados do desenvolvimento das forças produtivas para ampliar lucros na mesma proporção em que crescem os desempregados, a pobreza da classe trabalhadora.

### III. AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NOS MARCOS DA CRISE E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

As mudanças que ocorrem no mundo do trabalho na atual sociedade capitalista são reflexos do antagonismo inerente ao próprio sistema de exploração da força de trabalho. Durante o século XIX, o capitalismo passou por modificações na dinâmica de sua economia, essas mudanças refletiram também na política e na estrutura social. Nesse período, o capitalismo dos Monopólios se sobrepõe ao capitalismo Concorrencial<sup>6</sup>, dando-se início a uma nova era – a tecnológica. Tais transformações redefiniram o plano de organização capitalista em um plano mundial, no âmbito das grandes empresas multinacionais, como afirma NETTO (1992), “a ideia do Monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa” (p.19).

Na fase inicial do contexto histórico monopolístico, surge um redimensionamento no padrão produtivo burguês inédito: o Taylorismo, ou Administração Científica do Trabalho<sup>7</sup>, modelo de produção adaptável ao desenvolvimento acumulativo ascendente do sistema capitalista. Assim, é no início do século XX que o taylorismo torna-se necessário na gerência capitalista e em seu processo de cooperação. Trata-se de uma necessidade do capitalismo monopolista e da acumulação derivada do industrialismo para tornar cada vez mais dependente do desenvolvimento científico as diversas áreas da crescente produção.

A gerência vem para complementar no plano subjetivo, e a maquinaria tornasse fundamental para consolidação do trabalho real no capital. O estabelecimento de um controle maior sobre o processo de trabalho e a busca por mais eficiência e produtividade impulsionados pela concorrência capitalista garantiram, também, a subordinação dos trabalhadores de forma intensiva na organização produtiva. Esse novo modelo de gerenciamento estava embasado “muito mais na força e na coerção e muito menos no convencimento e na busca da adesão dos trabalhadores” (Druck, 1999, p. 47).

O fordismo se posiciona como uma nova etapa dentro do processo de produção, outro segmento do redimensionamento do processo de cooperação de gerenciamento capitalista, que durante as duas primeiras décadas do século XX se intensifica. O fordismo, ou padrão de produção fordista, amplificou o taylorismo, e juntos afirmaram as marcas da racionalidade com a capacidade

---

5 Para Netto (1992), O período que antecede o capitalismo Monopolista (fins do século XIX), é denominado capitalismo Concorrencial. Este se refere ao período da acumulação burguesa, onde imperava a acumulação primitiva do capital no âmbito da exigência concorrencial de capitalistas menores e capitalistas maiores, bem como empregados e desempregados. Fase onde o capitalismo ainda não atinge um processo de desenvolvimento global. Ver, NETTO, J. P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

6 Conforme (DRUCK, 1999, p.41), “é um padrão de acumulação sustentado no industrialismo e na atuação monopolistas dos capitais, cujo conhecimento se torna cada vez mais decisivo para desenvolver as diversas áreas da produção industrial”.

de comando do capital sobre o trabalho e seus trabalhadores. A junção do taylorismo/fordismo é o resultado do modelo produtivo que usa a tecnologia na linha de montagem e o controle na gerência racional do trabalho, caracteriza-se pela produção em massa e pela integração dos trabalhadores, integração essa “obtida por meio da neutralização das resistências e da eliminação de uma parte da classe trabalhadora; e pela ‘persuasão’ sustentada essencialmente na forma de remuneração e de benefícios” (idem, p. 4).

Durante o período crítico de 1920 – 1922, período marcado por crises e guerras, coincidentemente é o mesmo período que se inicia o processo fordista da produção. Este momento histórico é registrado pelo desemprego de milhares de trabalhadores, causado principalmente pela falência de centenas de estabelecimentos comerciais. Muitos países ficaram na miséria, a classe trabalhadora foi a mais afetada com a queda na economia dos países de capitalismo central, as mazelas do desemprego e dos baixos salários.

As consequências do combate e a fase pós-guerra causaram um verdadeiro abalo na economia e na sociedade, onde não só a produção atingiu o limite dos recursos disponíveis, mas, também, alterou toda estrutura da vida econômica que expuseram alguns sinais de incapacidade de absorção do excedente gerado pela guerra, como: o desemprego e a capacidade ociosa de produção. Envolto em guerras e contradições, o modo de produção capitalista, sempre tem a sua espreita as crises que afetam a economia e também a manutenção da força de trabalho.

Após a segunda guerra mundial, intensificam-se as lutas sociais, os trabalhadores se organizam e lutam por direitos, sendo esse um dos principais motivos do surgimento do Estado de Bem Estar Social<sup>8</sup>, que foi uma tentativa de amenizar a crise que assolava o capital naquele momento. Vale ressaltar que esses novos processos produtivos como o taylorismo-fordista e o aparato social denominado *Welfare State*, promoveram mudanças na luta pelos direitos sociais e na reprodução da força de trabalho. Como afirma DRUCK (1999)

O Estado de Bem Estar Social surge nos países capitalistas centrais como resposta ao movimento de lutas do trabalhador, abrindo um novo período de disputa política, no plano mundial, entre capitalismo e socialismo e, nos planos nacionais, o *welfare state* como forma de enfrentar a intensificação das lutas operárias, na busca por recuperar a iniciativa, a participação e o controle sobre os trabalhadores e suas vidas. (p. 50).

A lógica do capital dentro deste processo implica em controlar ideologicamente a participação dos trabalhadores, ampliando o uso integrado de coerção e consenso. Isso fez com que as manifestações trabalhistas se rendessem a lógica capitalista, que, neste momento, era o de rearticulação das práticas fordistas com a proposta de “pleno emprego”, o *Welfare State*. Proposta que buscava garantir um determinado padrão de qualidade de vida exigido pelos trabalhadores. De 1945 a 1970, durante o período conhecido

---

8 O Welfare State, Estado de Bem Estar Social evidencia o período do Keynesianismo-fordismo e a generalização da política social. Para mais detalhes, ver Behring, Elaine Rosseti. Política Social: fundamentos e história. 5 ed. São Paulo. Cortez, 2008.

como “anos de ouro” houve um surto de prosperidade, um aumento no chamado “padrão de vida” de milhões de pessoas, um aumento estrondoso também, no gasto com armamento. Porém, este momento de aparente estabilidade econômica não durou muito tempo:

Apesar da força e continuidade desses estímulos, já começaram a aparecer, tão prematuramente, os sintomas familiares de absorção inadequada do excedente, desemprego e subutilização da capacidade produtiva, e que excluídas as flutuações cíclicas, estes sintomas estão gradualmente crescendo e se tornando cada vez mais graves, temos dados que entre 1960 e 1963, ocorreu um declínio de 1% na taxa de participação da força de trabalho, o que significa que houve a saída de cerca de 1,3 milhões de trabalhadores da força de trabalho, além das perdas normais através de morte e aposentadoria. (Baran e Sweezy, 1966; p. 245-6).

Neste cenário o modelo flexível de produção o Toyotismo surge como alternativa para tentar recuperar a economia. Na esfera da relação entre capital e trabalho, esse padrão flexível buscou se enquadrar na necessidade do capital em recuperar sua base de valorização abalada pela lucratividade das corporações transnacionais e também pela constituição da crise do *Welfare State*, assim como barreiras de usurpação capitalista postas nos países capitalistas centrais dentro de seu próprio sistema produtor de mercadorias.

Embora o Toyotismo surja com novos princípios de administração na produção e na gestão, este não rompe, completamente, com a lógica do taylorismo-fordismo, há uma espécie de continuidade, as novas tecnologias não alteram as relações de produção, e sim auxiliam na intensificação da extração da mais valia. No plano da consciência de classe o Toyotismo contribui qualitativamente na detenção da subjetividade operária pela lógica do capital. Neste ponto, o modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que acelera os ganhos dos grandes capitais, acaba por concentrar e centralizar o capital, possibilitando investimentos diversificados, principalmente no mercado financeiro mundial, deixando a mercê da lógica do mercado as economias nacionais, sobretudo as periféricas que são subordinadas as políticas das instituições financeiras internacionais.

O Toyotismo apoia-se na repetitividade do trabalho e na polivalência dos trabalhadores, como consequência promove a desqualificação, precarização e fragmentação do trabalho. As mudanças no padrão de produção e os processos de crises no capital geram a intensificação também de um montante de problemas para a classe trabalhadora. O desemprego, o pauperismo, e a degradação e exploração do mundo do trabalho vem se proliferando por todo o mundo, esse é um traço do desenvolvimento desenfreado do capital, são consequências imediatas. O capitalismo em alto grau de desenvolvimento perpassa sempre por processos de crises que, por sua vez, necessitam serem contornados, por várias formas de reestruturação produtiva que interfira na vida e na estrutura social. Assim, seja como for o crescimento desenfreado do capitalismo, suas crises estão presentes até mesmo nos países de capitalismo

mais avançado, esse surge em um período de expansão do capitalismo. Com base em MÉSZAROS (2000),

Diante dessas experiências não é difícil vislumbrar o que ‘uma crise sistêmica’ ou mesmo uma ‘crise estrutural’ pode desencadear, isto é, uma crise que afete o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo -, mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema produtivo social (p.74).

Assim, a forma de enfrentamento dos problemas do mundo do trabalho pelos capitalistas é catastrófica. Sob a ótica burguesa, as necessidades de crescimento de capital, como consequência do desenvolvimento tecnológico e científico, só comprovam a incapacidade do sistema de sair da sua irracionalidade globalmente destrutiva. Estudiosos se preocupam com as observações que indicam que a força de trabalho se encontra em situação dura e de perigoso desfecho, sendo o reflexo dessa situação espalhado pelo mundo como grandes problemas sociais e políticos até mesmo nos Estados Unidos, um dos países capitalista mais poderoso do mundo.

Para Mézáros (2000) “os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, no presente e no futuro próximo, são ocasionados pela ‘flexibilidade’ e ‘desregulamentação’” (p.33) – são as estratégias do capital que se manifestam através do neoliberalismo, tanto nos negócios quanto na política. É fato que o atual modo de produção possui na raiz de seu desenvolvimento, a precarização da força de trabalho e a desumanidade nas relações sociais. Desse modo, as perdas são irreparáveis no âmbito do trabalho e a devassidão do desemprego são, agora, de nosso conhecimento, reflexos intrínsecos a crise estrutural do sistema capitalista. Trata-se de um processo incontornável de ajustamento do capital, inserido na estrutura e essência do sistema acumulativo, provedor da desordem e do caos.

#### **IV CONCLUSÃO**

Conforme o estudo apresentado nesse trabalho, na medida em que o desenvolvimento capitalista amplia as suas bases produtivas, multiplicam-se as crises e o reforço aos processos de reestruturação produtiva, que recaem diretamente sobre a qualidade de trabalho e de vida dos trabalhadores. Tais processos fazem parte da essência burguesa, desvelada na lei geral da acumulação capitalista.

Ao longo dos processos históricos do capitalismo, seja numa chamada acumulação primitiva ou num contexto mundializado de capital, as formas de organização do trabalho não reduzem a desigualdade, a precarização, a exploração e o pauperismo sobre os trabalhadores, mas os preservam e intensificam. Assim, a pauperização e a acumulação de capital reafirmam a lógica contraditória da essência capitalista, ao mesmo tempo em que novas modalidades de exploração vão sendo mundialmente restabelecidas.

A lógica da acumulação flexível no âmbito da política neoliberal tem sido adotada por todos os segmentos econômicos do capitalismo. Confere as

condições institucionais para a garantia de sobrevivência dos trabalhadores, desencadeando um processo de regressão do ser social. Proporciona o desenvolvimento das forças produtivas, fragmentando o processo produtivo, a gestão da produção, além da intensificação da exploração, mediante novas formas de organização do trabalho, que precarizam e tendem a ampliar cada vez mais o trabalho precarizado. Nessas condições, os trabalhadores empregados têm sua responsabilidade aumentada pela exigência da polivalência e pelo medo do desemprego. Já os desempregados sofrem pela inexistência de postos de trabalho cada vez mais acentuado. Essas mudanças, no âmbito do final do século XX, permanecem nos dias atuais de forma aprofundada.

O capitalismo se reestrutura a fim de não perder sua hegemonia. Sua essência a cada momento reafirma os processos de coerção dos donos de capital e consentimento aos produtores, os trabalhadores. A força de trabalho torna-se cada vez mais próxima do pauperismo crônico, não lhe restando alternativas que não sejam submeter-se às condições impostas pelo capital. A luta por melhores condições de trabalho fica deficiente em meio a enorme quantidade de trabalhadores, cuja precariedade resulta na aceitação de condições desumanas de trabalho. Portanto, é fundamental o rompimento com todas as amarras de uma sociabilidade onde persistam os processos de desumanizações do capital. Romper com a dominação da sociabilidade burguesa, torna-se essencial uma organização da classe proletária na luta pela emancipação humana mediante o projeto socialista de Marx.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e Mundialização do Capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2. ed. Londrina: Praxis, 1999. cap. 1 e 7.

\_\_\_\_\_. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. Coleção mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARAN, P. A; SWEEZY, P. M. **Capitalismo Monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Política Social**: fundamentos e história. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DRUCK, M. G. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico. Coleção mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

LESSA, Sergio. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. Cap. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LESSA, S. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia Dell' Essere Sociale**. II. Roma, Riuniti, 1981. Tradução Sérgio Lessa. Capítulo: A Reprodução Social (pp. 133 – 331). Roma, 1981.

\_\_\_\_\_. **L'estraniamento, Ontologia Dell' Essere Sociale**. II\*\*, IV, a cura de Alberto Scarponi. Tradução de Sérgio Lessa. Roma, Riuniti, 1976 - 1981.

MARX, K. O Capital. In: \_\_\_\_\_. **A lei geral da acumulação capitalista: crítica da economia política**. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas, Livro I, tomo 2).

MÈZÁROS, I. A Crise Estrutural do Capital. **Outubro**, São Paulo, n. 04, 2000.

\_\_\_\_\_. **Para Além do Capital**. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo; UNICAMP, 2002. cap. 5.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.